



POWERCOOP
cambia el futuro

SEMINARIO INTERNACIONAL
**COMUNIDADES ENERGÉTICAS
DE AUTOCONSUMO:**

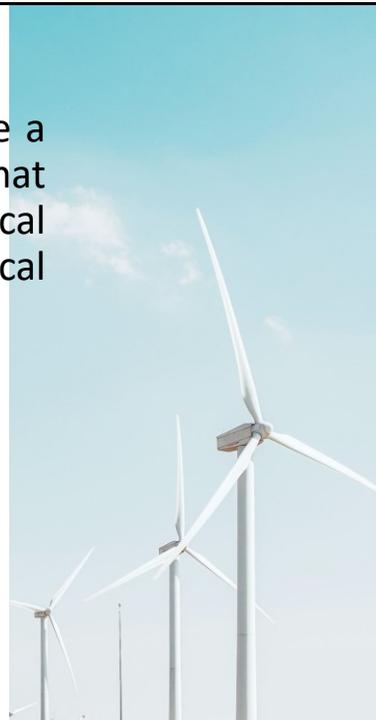
Análisis organizacional de la perspectiva
jurídica de gestión y tecnológica.



Fernanda Paula Oliveira
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

1

The energy transition must be a just and social transition that benefits all citizens, local communities, and the local economy in the first place.



2

1. Crise energética

3

A crise climática *versus* a crise energética

- A **crise climática** – vivemos hoje a maior ameaça que o planeta já enfrentou: o aquecimento global, o aumento do nível do mar, a desertificação, o aumento de fenômenos extremos com potencial de danos incalculáveis) (como furacões, inundações e incêndios)
- A interligação da crise climática com outras crises:
 - A **crise energética**,
 - A crise ambiental - perda de biodiversidade e (in)disponibilidade de recursos
 - Novas crises (Covid-19 e da Guerra da Ucrânia)

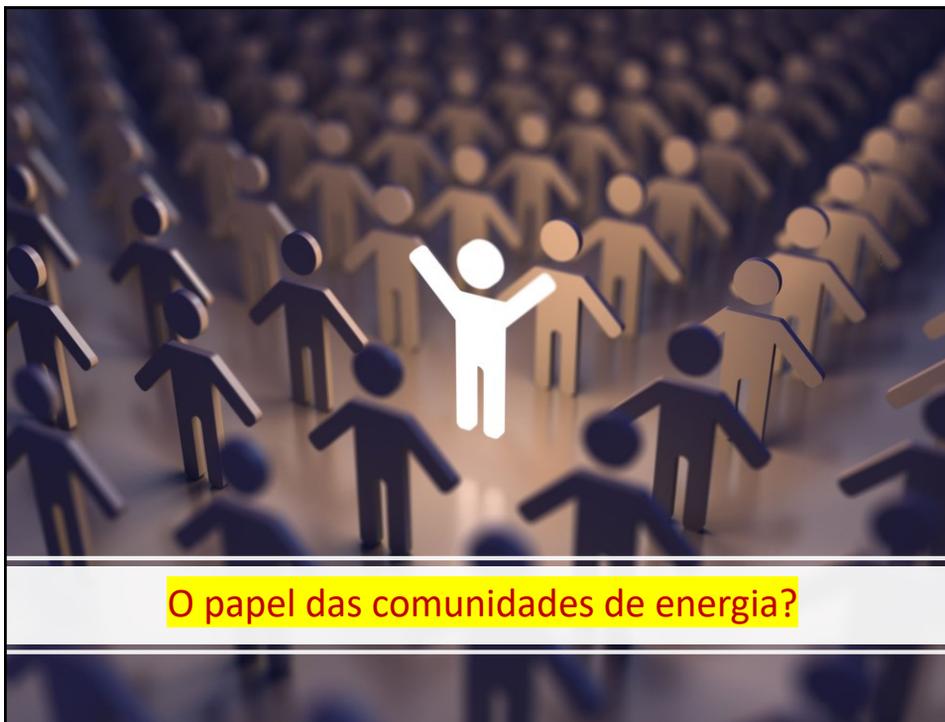
4

Crise energética versus transição energética

- Necessidade de considerar e de abordar de **forma integrada e holística** todas estas crises (climática, energética, ambiental, digital) de forma a desbloquear uma transição sem precedentes em termos de **escala** e **velocidade**.
- Temos de responder a estas crises **em tempo** - para isso, temos de pensar e agir de forma diferente.
- Necessidade de a transição energética (e outras transições, designadamente a digital) **serem justas, beneficiando todos os cidadãos, as comunidades locais e a economia local (não deixar ninguém para trás)**

Cidadão → **poder local** → cidade **(o seu governo)**

5



6

As comunidades de energia

- As comunidades de energia renovável (CER) e as comunidades de cidadãos para a energia (CCE) como **categoria especial de cooperação de cidadãos e agentes locais no domínio energético**,
- O seu relevo:
 - na transição energética,
 - na descarbonização da economia,
 - na realização dos ODS
 - **no combate à pobreza energética**
 - **Na democratização do setor**

7

A. Contributo direto: as comunidades de energia podem:

- Produzir localmente e partilhar entre os seus membros energia renovável (autoconsumo coletivo),
- Exercer outras atividades (v.g., a comercialização, a agregação, a prestação de serviços de eficiência energética)
- Ambos permitem **reduzir**:
 - as faturas de energia
 - a dependência dos consumidores finais relativamente aos players tradicionais, com o potencial de assim mitigar o seu poder de mercado e os comportamentos estratégicos que vêm desempenhando nos mercados da eletricidade

8

B. Contributo indireto: as comunidades de energia

- Fortalecem a cidadania energética (aumentar o envolvimento dos cidadãos);
- Propiciam benefícios ambientais, económicos e sociais à comunidade para os membros ou para as áreas locais;
- Contribuem para produção de eletricidade: em 2050, projetos coletivos e cooperativas poderão contribuir com 37% da eletricidade produzida pelos “cidadãos energéticos”;
- Podem ser mais benéficas em termos ambientais do que as grandes implantações, diminuindo os impactos negativos na biodiversidade;
- Propiciam benefícios em termos de eficiência energética (menores distâncias, menores perdas na transmissão de energia).
- Reforçam a literacia energética e a tomada de decisões informadas por parte dos clientes
- Aumentam a aceitação local de projetos de energias renováveis
- ajudam a criar espaços democráticos para a participação dos cidadãos na vida pública, reforçam a capacidade da vida pública local.

9

Em suma - comunidades de energia contribuem para:

- eliminação progressiva de combustíveis fósseis;
- investimentos em energias limpas;
- redução do consumo de energia;
- apoio da comunidade às energias renováveis (quando as pessoas estão envolvidas num projeto, é muito mais provável que valorizem os seus benefícios e aceitem os seus aspetos negativos);
- combate à pobreza energética;
- apoio à economia local (criação de emprego, criação de mercados locais de energia, onde os consumidores podem produzir, partilhar e adquirir energia a um preço estável e justo);
- criação de comunidades mais fortes.

10



11

1. As cidades e os seus dilemas – são territórios:

- Com grande riqueza e diversidade económica, ambiental, política e cultural (**um mundo de “oportunidades”/qualidade de vida**),
- **Criam pobreza e exclusão e contribuem para a depredação (e degradação) do meio ambiente:** produzem, já hoje, 50% dos resíduos globais, consomem 75% da energia mundial e 80% das cidades emitem mais de 80% do total de emissões de CO₂;
 - Dos quinze maiores riscos para o futuro global até 2050, muitos deles são o resultado de impactos da urbanização Fonte: World Cities Report 2022: aceleração do aquecimento global; o incremento das tensões e conflitos sociais; o incremento da desigualdade, da pobreza e da fome; o esgotamento da água (como recurso natural), para dois terços da população mundial e o incremento das emissões de gases do efeito estufa. E, ainda, potenciais criadores e difusores de pandemias....

Em suma (e no que aqui interessa): As cidades contribuem para agravar, entre outras, a crise energética, sendo **uma parte do problema**

12

12

2. Mas as cidades também desempenham um papel crucial

- Para a transição energética,
- Para a descarbonização da economia
- Para a realização dos ODS
- **A liderança do governo das cidades** (os **PODERES PÚBLICOS**) apresenta-se como fundamental para os promover (juntamente com as ações da indústria, das instituições de ensino e de pesquisa das e organizações civis), exigindo alinhamento em termos de políticas, governança e de como se organizam os investimentos de capital necessários.

De que forma?

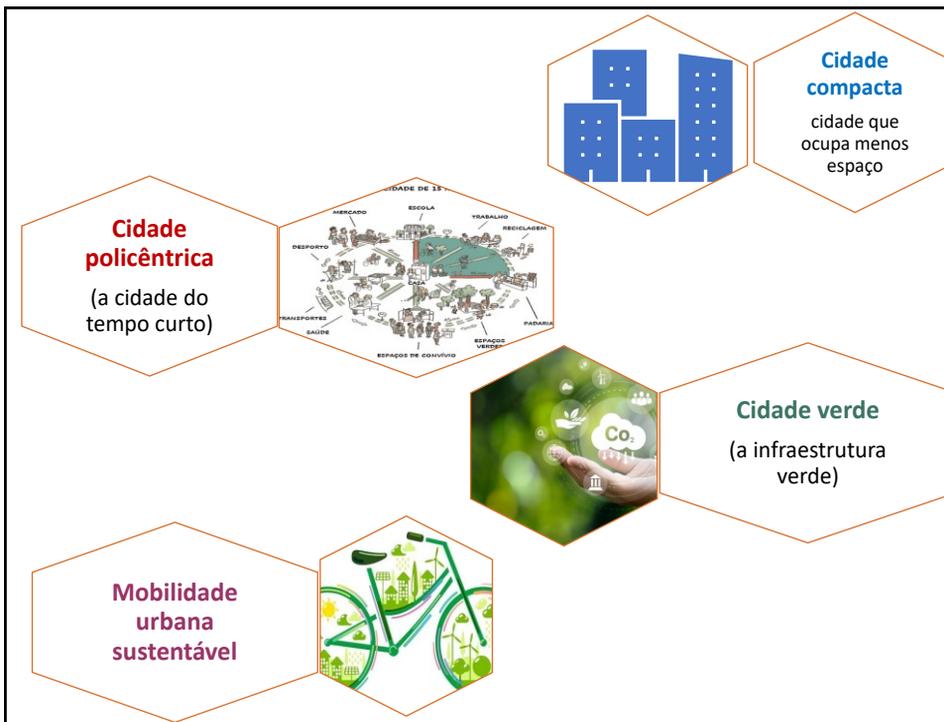
13

A. Contributo direto

Governos locais em toda a Europa organizam-se para reduzir o seu consumo de energia com uma abordagem semelhante: multiplicar as energias renováveis, aumentar a eficiência energética e acelerar a transição energética.

- **Ações locais de investimentos em renováveis;**
- **Promoção da construção de edifícios mais sustentáveis (eficiência energética dos edifícios)** – necessidade de enfatizar novamente o papel fundamental das cidades, especialmente no cumprimento de metas de renovação de edifícios e eficiência energética.
- **Ações de preservação/expansão de sumidouros de GEE,**
- **Melhor planeamento** (e gestão) urbanos para mitigar os efeitos negativos das alterações climáticas, com novos modelos de planeamento/modelos urbanos:
 - A cidade compacta (evitar a dispersão no espaço)
 - A cidade policêntrica (incluindo a cidade dos 15 minutos – o tempo)
 - A cidade verde (mais espaços públicos e espaços verdes; as soluções baseadas na natureza)
 - Nova mobilidade urbana sustentável

14



15

A. Em suma quanto ao contributo direto das cidades

- Necessidade de **políticas urbanas** que garantam:
 - **Sustentabilidade:** das metas climáticas à circularidade, poluição zero e biodiversidade
 - **Estética:** qualidade de experiência e estilo além da funcionalidade
 - **inclusão:** desde a valorização da diversidade até a garantia de acessibilidade e acessibilidade

16



B.
Contributo indireto das cidades
(de quem as gere, isto é, dos poderes locais)

17

Os poderes locais (que gerem as cidades)

- Criar de comunidades, com o aproveitamento de valências públicas (bens, pessoal, investimento, base de legitimação)
- Tornar-se membro direto de uma comunidade de energia
- Dar acesso/aproveitar bens públicos (telhados de prédios, terrenos)
- Regulamentos favoráveis à instalação de energia comunitária
- Apoio no financiamento (direto ou procura de fontes de financiamento) de projetos de comunidades de energia
- Combater a pobreza energética (privilegiando a partilha de eletricidade com famílias vulneráveis) – contribui para a coesão social e para a justiça social.
- Dinamizar a economia local (partilha de eletricidade com pequenas e médias empresas locais)

18

Os poderes locais (que gerem as cidades)

- Contratação pública ambiental e socialmente sustentável, estabelecendo critérios para incentivar as comunidades de energia (integração de critérios favoráveis na contratação pública/ compra de eletricidade ou calor comunitários)
- Ações locais de disseminação de conhecimento e de educação, com vista ao fomento e dinamização de comunidades, aproveitando as relações de proximidade e a comunicação próxima com os cidadãos na dimensão local (e.g, criação de gabinetes locais para informação e capacitação dos cidadãos no domínio energético, apoio a candidaturas a fundos públicos)
 - Ajudam a criar **novos espaços democráticos para a participação dos cidadãos na vida pública**, reforçam a capacidade da vida pública local
- Facilitar o diálogo entre as partes interessadas locais (proximidade com os cidadãos e empresas para construção de redes locais e intermediação e implementação de programas e estratégias adaptados às circunstâncias e necessidades locais)

19

Em suma

- As cidades/poderes locais podem utilizar vários motores e estratégias para integrar projetos energéticos dos cidadãos
- as autoridades locais podem assumir vários papéis, desde conselheiros estratégicos a parceiros de projetos, consultores estratégicos para os parceiros dos projetos, operadores de infraestruturas, etc. - têm um papel muito significativo como agentes facilitadores, numa estratégia alargada de envolvimento dos cidadãos
- Novos modelos energéticos de gestão conjunta com os cidadãos estão a tomar forma em toda a Europa, nomeadamente através da criação de empresas locais de energia ou de empresas sociais e cooperativas de cidadãos.

20



Conclusão

- Com o Pacote Energia Limpa para todos os Europeus, os cidadãos e as comunidades energéticas em toda a UE poderão investir facilmente em energias renováveis e beneficiar da transição energética.
- **Este é o melhor momento para as autoridades locais se envolverem mais em projetos energéticos comunitários**
- Em toda a Europa, muitas cidades já têm vindo a testar várias formas de iniciar, apoiar e facilitar estes projetos - Temos de aprender uns com os outros olhando para novos modelos de governação no sistema energético.

21



Obrigada!

fpaula@fd.uc.pt

22